

QUEBRANDO 200 ANOS DE SILÊNCIO

A presença das memórias Afro-brasileiras nos museus

Nilcemar Nogueira, ex - Secretária de Cultura da Cidade do Rio de Janeiro
Setembro de 2018

O Brasil vive hoje ao limiar de uma sociedade esfacelada, e ousou dizer, sem face. Vivemos tempos de profundas fissuras que se encontram refletidas em todos os níveis de nossa convivência sociocultural e econômica. Estas divisões, entretanto, não são desconhecidas de nossa sociedade, mas encontram-se hoje desproporcionalmente acentuadas. Devemos lidar com este contexto atual como reflexo da sociedade em que vivemos, e aproveitarmos este momento de divisões para questionarmos quem somos, e com que face queremos seguir construindo nosso futuro.

Neste contexto, a oportunidade de discorrer sobre a presença das memórias Afro-brasileiras nos museus é, antes de mais nada, a oportunidade de discutir exclusões culturais crônicas que assolam nossas estruturas sociais, e apontar como os museus podem e devem se posicionar sobre estas questões no intuito de responder a necessidades reais de reconciliação da sociedade hoje, assumindo papel de relevância social e cultural.

Museu da Escravidão e da Liberdade (MEL)

O projeto do Museu da Escravidão e da Liberdade quer contribuir para a busca de uma narrativa coletiva, pautada na diversidade cultural do povo brasileiro, sem falsos nacionalismos – renovada, valorizando nossas várias matrizes culturais de forma a nos aproximarmos pela nossa multiplicidade de sujeitos, e não nos afastarmos.

Os últimos doze meses viram inúmeros esforços de um grande número de atores e da Secretaria Municipal de Cultura em realizar o projeto do Museu da Escravidão e da Liberdade, um dos meus compromissos com a cultura da cidade do Rio de Janeiro. Através dele buscamos uma historiografia ligada ao sítio arqueológico do Cais do Valongo que seja pautada em pesquisa de testemunhos reais, possíveis, e que contem uma história ainda desconhecida pelo povo brasileiro – a trajetória do povo negro contada pelas vozes do povo negro.

Entretanto este sonho, que compartilho com diversos atores e comunidades, parece ainda enfrentar resistências e obstáculos impostos pelos mesmos jogos de forças e interesses viciados de um passado dominado por aqueles em posição de privilégio, sem lugar em nossa sociedade hoje, mas que surpreendentemente ainda parecem mobilizar interesses menores em detrimento de interesses sociais coletivos em nosso país.

“Museus e histórias contestadas: dizendo o indizível em museus” foi o tema de trabalho do Conselho Internacional de Museus (ICOM) para 2017. Esta escolha em momento de profundas divisões não foi aleatória. É preciso apurar e confrontar traumas históricos para não repetirmos horrores do passado. A única proposta possível hoje para desenvolver o Museu da Escravidão e da Liberdade é nomear, reconhecer e debater legados difíceis com coragem, promover sua ressignificação e visionar um futuro coletivo sob a ótica da reconciliação.

MEL: Um museu sobre a verdade

O que é a verdade? A verdade que buscamos não é singular, unilateral ou factual, e sim aquela que imbuí processos e conteúdos de verdade. Para isto, o rigor do processo de

pesquisa histórica deve encontrar a subjetividade da memória coletiva de forma complementar. Neste processo, metodologias de participação e colheita de memórias dos protagonistas destas histórias são centrais e entrelaçadas ao trabalho de pesquisa científica, ambos processos que queremos perseguir com o mais profundo rigor.

Sob esta ótica, o MEL se estabelece hoje em um território repleto de camadas históricas e memórias. Queremos nos debruçar sobre este território e seus significados na busca de um território de verdades múltiplas.

O Valongo foi uma das mais significativas portas de entrada de milhões de africanos escravizados no Rio de Janeiro e no Brasil. Estudar e interpretar o Valongo hoje significa abrir uma nova porta para entendermos nosso presente, sob a ótica de novas verdades que podem emergir com as descobertas históricas, sociológicas e arqueológicas realizadas.

O Atlas do Comércio Transatlântico de Escravos, de D. Eltis e D. Richardson, aponta que quase metade de todos os africanos trazidos como escravos para as Américas vieram para o Brasil – cerca de 4,68 milhões. Destes, mais de 2 milhões desembarcaram no Rio de Janeiro. Surpreendentemente, há uma sanitização desta memória no espaço urbano, e ousemos dizer, em nossa memória coletiva e historiografia oficial. Enquanto muitos locais de significado para a cultura afro-brasileira tenham sido memorializados na região do novo Porto Maravilha, estas iniciativas não são suficientes para reconhecer os golpes profundos deferidos por quatro séculos de escravidão contra parte significativa de nossa sociedade, e cujas inegáveis consequências perduram até hoje. Se a escravidão foi abolida há mais de cem anos, é inegável que muitos grilhões permanecem em nosso inconsciente coletivo.

Museus precisam assumir o compromisso de trazer à tona histórias cronicamente silenciadas, para benefício de toda a sociedade. A memória, quando transformada em ação, tem o poder de iluminar novas perspectivas e apontar novos caminhos. É com este compromisso que o MEL espera contribuir para futuros construtivos em nossa sociedade.

Quebrando 200 anos de silêncio. Como?

Até meados do Século XX, museus eram instituições construídas por uma elite intelectual com função “civilizatória das massas”. Atualmente museus buscam servir seus públicos em toda a sua diversidade e necessidades. Entretanto, as memórias presentes em muitos museus ainda não refletem esta diversidade, especialmente a cultural, apresentando versões unívocas e unidimensionais em suas narrativas, quase sempre com foco eurocêntrico. Representar a diversidade em museus requer rever camadas profundas das estruturas museais, suas coleções, linhas de pesquisa e suas perspectivas.

Deste silenciamento crônico, uma das memórias mais significativas e mais ausentes nos museus é a memória Afro-brasileira.

Com que voz?

A preocupação de escavar memórias Afro-brasileiras nas coleções, narrativas e representações dos museus brasileiros é razoavelmente recente, e reflete movimento que vem ocorrendo em museus em diversas partes do mundo. Traçamos aqui, no Brasil, um paralelo com o próprio compromisso assumido com a Lei 10.639 de incorporar o ensino da história e cultura Afro-brasileira ao currículo escolar – um marco histórico da luta antirracista no Brasil e de transformação da política educacional e social brasileira. Quem tem liderado o resgate das memórias Afro-brasileiras nos museus? É imprescindível que

esta memória seja protagonizada por pessoas Afro-brasileiras, a quem esta memória pertence.

Entretanto, as memórias Afro-brasileiras tangem toda a sociedade. Assim, para resgatá-las, é necessário nos dispormos coletivamente, como sociedade, a reconstruir a historiografia existente a partir de perspectivas até hoje pouco exploradas na historiografia oficial: pela voz de protagonistas Afro-brasileiros. Esta é uma versão da história pouco conhecida de todos nós. Regatá-la significa darmos direito aos Afro-brasileiros de conhecer seu passado histórico e cultural, e aos brasileiros de se reconhecerem como parte de uma sociedade diversa, com verdades diversas que devemos juntos confrontar.

O MEL quer partir da problematização e ressignificação da história e legados da escravidão e seus desdobramentos, remetendo à privação de direitos humanos e cidadania, para poder dar testemunho da resiliência e indestrutibilidade do espírito humano e agência pessoal, e celebrar a contribuição dos Afro-brasileiros para a construção da nossa cultura pela perspectiva da “unidade na diversidade”. Isto requer compreender que a ação que desumaniza a vítima, desumaniza também aquele que perpetrou a ação desumana. Assim somos todos inegavelmente tocados pelo legado da escravidão de formas visíveis e invisíveis. Reconhecendo este doloroso capítulo da nossa história, e ressignificando seus legados, poderemos partir para uma transformação deste passado em um presente e futuro construtivos.

Como ágoras modernas de diálogo, museus encontram-se em posição privilegiada para articular questões essenciais sobre a sociedade e encorajar reflexões críticas sobre os legados que lhe dão forma ou dilaceram. Construir um museu dedicado à história e legado da escravidão no Rio de Janeiro é uma iniciativa que demanda reflexões e atenção para não banalizarmos tema de tamanha complexidade, que ainda deixa marcas indeléveis no Brasil de hoje. Ciente de tal responsabilidade, desejamos pautar esta iniciativa em uma relação dialógica e transparente com a sociedade.

A memória Afro-brasileira que buscamos dificilmente será resgatada somente por registros documentais, e sim necessitará de fontes primárias – a memória das pessoas e comunidades – dando a voz àqueles que queremos ouvir. A dimensão de tal projeto só se viabiliza com processos participativos de baixo para cima, rechaçando abordagens curatoriais autoritárias. Desta forma, queremos contar com o movimento negro, pessoas de notório saber e com a sociedade como um todo na construção deste bem cultural comum.

Para isto é necessário que abracemos 2 processos:

- A incorporação Afro-brasileiros no corpo técnico dos museus, trazendo uma sensibilidade específica para o entendimento de temas e abordagens necessários;
- O desenvolvimento de processos de pesquisa participativa, de baixo-para-cima, construídos em conjunto com comunidades Afro-brasileiras e com a sociedade.

Mais que um museu, um serviço museal

Reconhecer também que muitos daqueles tocados pelo legado da escravidão não superaram suas consequências, requer um museu que seja vetor de autoestima, desenvolvimento, oportunidades socioeducativas e impactos duradouros, para toda a sociedade.

Assim, o MEL quer ser um serviço museal socialmente responsável, voltado para seus impactos socioculturais para a sociedade, colocando-se como utilidade de informação, referência, serviços, desenvolvimento e advocacy de causas relevantes para o museu,

relacionadas sempre ao acesso à justiça e à inclusão social. Para servir devemos resgatar e interpretar a memória de forma participativa e agir de forma múltipla:

- Resgatar e e interpretar a memória de forma participativa
- Preservar e disseminar a história e cultura afro-brasileira
- Educar:
 - Formação empoderamento de jovens Afro-brasileiros para que ousem sonhar com um futuro de possibilidades.
- Capacitar:
 - Professores – para a aplicação da Lei 10.639 no dia-a-dia escolar
 - Jovens e adultos
 - Empoderamento e suporte ao empreendedorismo
 - Preservação da memória
 - Preservação arqueológica
- Servir:
 - Apoio psicológico para lidar com passados dolorosos que reverberam hoje
 - Apoio legal:
 - Trazer justiça para aqueles que não têm acesso à justiça
 - Combate ao racismo
 - Delegacias especializadas
- Advogar:
 - Dar suporte à OAB para realização da Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra no Brasil através do resgate da Memória
 - Laboratório de Políticas Públicas
 - Liderança em discussões sobre questões Afro-centradas

Um museu de território

Museus de Território são aqueles cujas coleções são representativas de um território específico, mais ou menos vasto e cuja ligação a esse mesmo território se concretiza através de um conjunto de ações em articulação com a comunidade e outras instituições locais. Ênfase dada às relações culturais e sociais Homem/Território. Valoriza também Processos Naturais e Culturais e não somente os objetos enquanto produtos da cultura. Baseada no Tempo Social. Evolução Urbana da região portuária do Rio de Janeiro – sobreposição de intervenções “apagando” a história da Pequena África. Aqui, O ESPAÇO URBANO contemporâneo “conta a história” desejada, e o Museu deve buscar transformações no território que possam contribuir para expor esse passado, “apagado” pelas sobreposições de intervenções ao longo do tempo, com implicações territoriais: Fluidez Urbana, Sinalização, Acessibilidade Universal, Conexão e mobilidade, Flexibilidade e dinamismo, Escalas distintas de leitura Focal / Local / Regional.

O território do MEL na região portuária do Rio de Janeiro abrange os seguintes locais de memória:

1- ARMAZÉM CENTRAL DO CAS PEDRO II- Fundado em 1871, foi o primeiro armazém do Porto do Rio para guardar grãos trazidos pelos navios que atracavam no local. Nenhum escravo trabalhou no projeto, coisa rara à época.

2- Cais do Valongo / Imperatriz – Local histórico de desembarque e comércio de africanos escravizados. Sítio arqueológico resgatado, agora monumento preservado e aberto à visitação, é Patrimônio da Humanidade (UNESCO). As pesquisas foram intensificadas a partir de 2011, e culminaram com a escavação, da Praça Jornal do Comércio, e a revelação dos remanescentes do Cais do Valongo, ponto de desembarque de milhares de africanos escravizados. Esse sítio foi imediatamente apropriado pelo Movimento Negro e tornado símbolo da luta por maior equidade de direitos e oportunidades na contemporaneidade.

3- Centro Cultural José Bonifácio – Funciona hoje como centro de referência da cultura afro-brasileira e sede inicial do MEL. A edificação tombada pela Prefeitura foi inaugurada em março de 1877 como o primeiro colégio público da América Latina, construído por ordem de D. Pedro II para a educação da comunidade carente da Região Portuária. Hoje abriga além do centro cultural, e a sede administrativa do MEL e a Biblioteca Municipal da Gamboa, cuja acervo é focado na história e cultura afro-brasileira.

4- Cemitério dos Pretos Novos- Em 1996, moradores da Rua Pedro Ernesto N° 32/34 reformavam a sua casa e encontraram milhares de fragmentos de restos mortais de jovens, crianças, homens e mulheres africanos recém-chegados ao Rio de Janeiro. O Sítio Arqueológico foi considerado o maior cemitério de africanos escravizados das Américas, com estimativa de mais de 20.000 pessoas ali enterradas. Nesse local foi criado um Museu Memorial, o Instituto Pretos Novos (IPN), que foca em cursos, oficinas e biblioteca sobre o resgate da história e cultura africana e a temática negra.

5- Jardim Suspenso do Valongo – Parque inaugurado em 1906 em área onde haviam sido abrigadas lojas que vendiam escravos recém-chegados e artigos relacionados à escravidão, além de “casas de engorda” onde os escravos eram acomodados para ganhar peso. Escavações arqueológicas encontraram ali vasto acervo da época, que revela aspectos do cotidiano dos habitantes do Morro da Conceição. Ocupações da Casa da Guarda e banheiros pelo Centro Cultural Pequena África e Casa da Tia Ciata resgatam a memória do local anterior à sua construção no Governo de Pereira Passos.

6- Largo do Depósito – Hoje Praça dos Estivadores, no séc. XVIII o local concentrou armazéns do mercado de escravos, além de trapiches e manufaturas. O mercado foi extinto oficialmente em 1831. O local foi ressignificado pela Associação Recreativa Cultural Afoxé Filhos de Gandhi-RJ, como local de festas e concentração do bloco carnavalesco.

7- Pedra do Sal – Local onde o sal era descarregado na rocha por africanos escravizados no séc. XVII e onde, a partir da segunda metade do séc. XIX, estivadores se reuniam para cantar e dançar. Lá surgiram os primeiros ranchos carnavalescos, afoxés e rodas de samba. Tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac) em 20 de novembro de 1984, dia da Consciência Negra, é considerada o berço do samba carioca, por onde já passaram grandes nomes da música. Reconhecendo a importância do local, em 22 de julho de 2014 foi aprovada a Lei Municipal N° 5781 que cria a Área de Especial Interesse Cultural – AEIC do Quilombo Pedra do Sal, identificando um conjunto de imóveis e espaços públicos como representativos de um território étnico racial baseado na ancestralidade, parentesco e em tradições culturais de origem africana.

8- Laboratório Aberto de Arqueologia Urbana – LAAU – localizado nas dependências do Galpão B da Rua da Gamboa, bem tombado pelo município, em cujas dependências está armazenado o acervo arqueológico da Fase 1 do Porto Maravilha,

incluindo mais de 1.000 peças do acervo resgatado do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo.

Nosso compromisso

Estudar o Cais do Valongo e seu entorno, região hoje conhecida como Pequena África, é uma oportunidade de atravessar camadas da memória brasileira sob uma ótica Afro-brasileira, perpassando o período escravocrata, a abolição da escravatura, a vida dos ex-escravos no Pós-Abolição, o Morro da Providência – primeira favela do Brasil, a exclusão social sistemática dos Afro-brasileiros, movimentos de resistência e luta, religiosidade e cultura, a ditadura militar, o pós-ditadura e o presente, heróis Afro-brasileiros: de Machado de Assis, Chiquinha Gonzaga, Tia Ciata e outros a heróis conhecidos e desconhecidos através dos tempos; dentre outros temas.

A exemplo de outras experiências de museus que ousaram representar a trajetória do povo negro em países marcados pela escravidão, como o International Slavery Museum, em Liverpool, na Inglaterra, e o National Museum of African American History and Culture, em Washington, nos Estados Unidos, não mediremos esforços para que esta historiografia seja construída com a seriedade, consistência e a qualidade que ela necessita e merece para que represente mais que um desejo do povo negro, mas uma necessidade de toda a sociedade brasileira.